

Recebido em: 21/08/2006
Aceito para publicação: 05/06/2007
Publicado on-line: 15/06/2007

Revista Ciência em Extensão
v.3, n.2, 2007
Artigo Original - ISSN: 1679-4605

CONSTRUINDO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA O ORIENTADOR PEDAGÓGICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: A PARCERIA SEDUC E UNESP¹².

Cíntia Cristina Teixeira Mendes*,
Simone Conceição Pereira Deák*,
Alberto Albuquerque Gomes**,

RESUMO

Na organização da Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente é prevista a existência de um profissional responsável pela organização do processo de formação continuada dos professores na Unidade Escolar. Inicialmente designado como Coordenador de Núcleo e posteriormente Orientador Pedagógico, este profissional teve sua função regulamentada pelo Estatuto do Magistério Público Municipal de 1999, que definiu os requisitos para o exercício da função e pelo Regimento Comum das Escolas Municipais de 2000 que definiu como sua atribuição primordial a organização, coordenação e orientação do processo de formação continuada no interior da unidade escolar. Tendo em vista este cenário, desde o ano de 2005, foi desenvolvido um trabalho cujo eixo fundamental é um diagnóstico buscando identificar o perfil dos Orientadores Pedagógicos e dos professores atuantes na Rede Municipal com vista à organização e construção do projeto de formação continuada em serviço nas unidades escolares cujo horizonte é a melhoria da qualidade do trabalho pedagógico dos referidos atores. Para a consecução do trabalho procedeu-se inicialmente à leitura, discussão e reflexão de textos que abordavam a construção de identidade deste profissional. Posteriormente, foram apresentadas as indicações do Ministério da Educação sobre a organização do trabalho de formação continuada no interior da escola, contido no documento denominado Referencial para formação de professores (2002). A partir destas indicações, o conjunto de Orientadores Pedagógicos da Rede Municipal, em reuniões periódicas tem buscado a construção de um referencial

¹² **Correspondência para/ Correspondence to**

Alberto Albuquerque Gomes
Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação,
Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP
Rua Roberto Simonsen 305 – Jardim das Rosas.
Presidente Prudente, SP, Brasil CEP 19060-9,00
Fone: (18) 3229-5388
Fax: (18) 3223-4519
E-mail: alberto@fct.unesp.br

* Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente, SP, Brasil. Programa de Mestrado em Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.

** Programa de Pós-graduação – Mestrado em Educação, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.

próprio que se constitua como diretriz para a construção dos projetos de formação continuada em serviço nas Unidades Escolares.

Palavras-Chave: orientador pedagógico, formação continuada, processo pedagógico

BUILDING CONTINUED EDUCATION POLITICS TO PEDAGOGICAL COUNSELORS OF PRESIDENTE PRUDENTE COUNTY EDUCATION NET: THE PARTNERSHIP SEDUC AND UNESP.

ABSTRACT

In the organization of President Prudente Municipal Net of Education, the existence of a professional responsible for the organization of the teachers continued formation process at school unit is foreseen. Initially assigned as Nucleus Coordinator and later Pedagogical Counselor, this professional had its function ruled by the Statute of the Municipal Public Teaching of 1999, that defined the requirements for this function exercise, and by the Common Regiment of Municipal Schools of 2000, that defined as its primordial attribution the organization, coordination and counseling in the process of continued formation within the school unit. Under this scene, since the year of 2005, it was developed a framework whose basic axle was a diagnosis trying to identify the profile of the Pedagogical Counselors and teachers who operate County's Education Net towards the organization and construction of the continued formation project in service at school units, whose horizon is the quality improvement of the pedagogical work of the above actors. To achieve this work, it was initially proceeded the reading, discussion and reflection of texts that approached the identity construction of this professional. Later, the indications of the Ministry of Education on the organization of the work of continued formation at the school, contained in the document called Reference for professors' formation were presented (2002).

Based on these indications, the group of Pedagogical Counselors of the County's Education Net, in periodical meetings, has searched the construction of their own reference as a guideline to the construction of continued formation projects in service at school units.

Key words: Pedagogical advisor, continued formation, pedagogical process

CONSTRUYENDO UNA POLÍTICA DE FORMACIÓN PARA EL ASESOR PEDAGÓGICO DE LA RED MUNICIPAL DE EDUCACIÓN DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP: CONVENIO SEDUC Y UNESP.¹³

¹³ Tradução para o espanhol por Rosio Fernandez Baça Salcedo (UNESP, FAAC, Bauru, SP, Brasil)

RESUMEN

En la organización de la Red Municipal de Educación de Presidente Prudente está prevista la presencia de un profesional responsable por la organización del proceso de formación continua de los profesores de la Unidad Escolar. Inicialmente denominado como Coordinador del Núcleo y posteriormente como Asesor Pedagógico, este profesional tiene su función reglamentada por el Estatuto del Magisterio Público Municipal de 1999, que define los requisitos para el ejercicio de la función y por el Regimiento Común de las Escuelas Municipales de 2000, que define como atribución principal la organización, coordinación y orientación del proceso de formación continua dentro de la unidad escolar. Dentro de este contexto, desde el año de 2005, realizamos un trabajo cuyo eje principal es un diagnóstico buscando identificar el perfil de los Asesores Pedagógicos y de los profesores que actúan en la Red Municipal con el intuito de organizar y construir el proyecto de formación continua para el servicio en las unidades escolares, cuyo horizonte es mejorar la calidad del trabajo pedagógico de los referidos autores. Para la realización del trabajo, se procedió inicialmente a la lectura, discusión y reflexión de textos que abordan la construcción de la identidad de este profesional. Posteriormente fueron presentadas las indicaciones del Ministerio de Educación sobre la organización del trabajo de formación continua dentro de la escuela, contenido en el documento denominado Referencial para la formación de profesores (2002). A partir de estas indicaciones, el conjunto de Asesores Pedagógicos da la Red Municipal, en reuniones periódicas buscaron la construcción de una referencia propia que se constituya como directriz para la construcción de los proyectos de formación continua para el servicio de las Unidades Escolares.

Palabras Claves: asesor pedagógico, formación continua, proceso pedagógico

1. INTRODUÇÃO

A década de 1990 ficou marcada pelo aprofundamento de estudos e pesquisas sobre a escola pública, sua expansão e a garantia de acesso de todos a este direito. Ao mesmo tempo em que em discutíamos e analisávamos questões relacionadas à expansão de vagas e à garantia da qualidade do ensino para os alunos das classes populares que à escola adentravam, fomos obrigados a dividirmos nossos olhares para entender os impactos da globalização e dos novos projetos direcionados à escola pública baseados em critérios de eficiência e racionalidade.

Uma das questões que ganharam relevo nesse período diz respeito à gestão da escola em tempos de mudança. Gestores (administradores escolares, coordenadores e orientadores) tornaram-se personagens fundamentais a serem analisados na tentativa de compreensão das novas formas de funcionamento da escola.

Portanto, refletir sobre o papel desses sujeitos no contexto escolar – nesse caso específico tratando do Coordenador/Orientador Pedagógico¹⁴ – exige uma retomada, ainda que breve, do processo de construção e expansão da rede de escolas públicas. Considerando este ponto de partida, podemos considerar que a expansão escolar e conseqüentemente, a expansão de oportunidades escolares foram, sem dúvida, um dos grandes acontecimentos dos séculos XIX e XX, ao incorporar um contingente oriundo das classes populares que historicamente vinha sendo excluído da escolarização formal, a escola pública representou uma alternativa de progresso e de massificação da educação.

No que diz respeito à escola brasileira, esta não tem conseguido garantir uma educação de qualidade a todos; em outras palavras, tem-se garantido o acesso à escola pública, mas no que diz respeito à permanência e o sucesso dos alunos, ainda não é possível afirmar que temos uma “escola para todos”.

Essa ampliação e transformação do seu perfil exigiu da escola uma nova forma de organização do trabalho, caracterizada por uma divisão de funções bastante assemelhada às formas de organização da empresa capitalista. Em outras palavras, isso significou a construção de uma escala hierárquica para a administração da escola, escala na qual se insere a figura do Coordenador/Orientador Pedagógico.

Segundo Deák (2004, p. 49),

O Coordenador Pedagógico, no contexto da escola pública [...] é o ator que coordena, orientando, articulando e mediando o processo de formação continuada na escola. Tem como função essencial a formação continuada em serviço dos educadores que compõem a sua escola [...]

Ou seja, na instituição escolar, o Coordenador/Orientador Pedagógico é um dos profissionais da equipe de gestão. Ele trabalha num contexto no qual tem acesso aos diversos atores da escola (alunos, professores, funcionários, pais, etc), o que lhe garante maior visibilidade do processo educacional.

Entretanto, nossa experiência tem demonstrado que este profissional não tem conseguido realizar as tarefas que lhe cabem por duas razões básicas: pelo fato de que os coordenadores/orientadores são professores eleitos pelos membros da unidade escolar para o exercício da função, e nem sempre estão habituados aos “fazeres” da coordenação; pela falta de tradição desta função na estrutura escolar: não há clareza de qual seria o papel do coordenador/orientador no interior da escola.

Isso nos permite sugerir que falta ao coordenador/orientador formas mais efetivas de inserção no cotidiano da escola. Uma das formas desta inserção nos parece ser a formação continuada em serviço, ou seja, a garantia

¹⁴. Em geral, usam-se as duas designações para referir-se ao profissional que desenvolve ações de coordenação e orientação pedagógica no interior da escola.

de espaços e momentos na jornada de trabalho que permita a reflexão sobre o papel do Coordenador/Orientador Pedagógico no interior da escola por parte do próprio coordenador/orientador e por parte dos sujeitos da unidade escolar.

Situação Atual da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente

A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente (SEDUC) já conta com 20 anos de existência e mantém atualmente uma rede de escolas composta pelas seguintes modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental (primeiro ciclo) e Educação de Jovens e Adultos atendendo, inclusive portadores de necessidades educacionais especiais¹⁵. Em alguns bairros do município, as escolas municipais constituem-se na única opção de ensino à população e, em alguns casos específicos, no único equipamento público de que a comunidade local dispõe para todo tipo de atividade seja ela educativa, social ou religiosa.

A Rede Municipal é composta atualmente de 38 escolas vinculadoras¹⁶ das quais 5 unidades oferecem apenas o Ensino Fundamental, 23 as modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental e 10 apenas Educação Infantil. Na modalidade Educação Infantil estão matriculadas 7.088 crianças enquanto que no Ensino Fundamental – 1º ciclo, o número é de 7.662 alunos e, na Educação de Jovens e Adultos, 594, totalizando 15.344 alunos e 1.660 profissionais, entre professores, ADIs, serviços gerais, cozinheiras, inspetores de alunos e vigias, entre outros. O corpo docente¹⁷ é composto de 245 professores de Educação Infantil e 281, de Ensino Fundamental. Atuando nas unidades escolares onde há Educação Infantil ou onde essa modalidade de ensino é predominante estão 330 ADIs¹⁸.

Em 1996, 5.243 alunos eram atendidos pela Rede Municipal dos quais 5.056 estavam matriculados na Educação Infantil e 187, na Educação de Jovens e Adultos (1º ciclo). O crescimento desses números, conforme dados citados anteriormente, é resultado da ampliação do atendimento à Educação Infantil a partir de 1997 e do processo de municipalização¹⁹ do Ensino Fundamental iniciado na Rede Municipal em 1998.

Com a inclusão desses novos alunos, não só os números cresceram como também a demanda para a formação continuada dos educadores com a qual Professores, Diretores, Coordenadores/Orientadores Pedagógicos das

¹⁵. Os portadores de necessidades educacionais especiais estão incluídos nas salas de aula regulares e alguns freqüentam a sala de recursos existente em duas escolas municipais e um centro especializado para Deficientes Visuais em convênio com a Rede Municipal.

¹⁶. São chamadas vinculadoras porque algumas unidades possuem outros prédios escolares que funcionam como extensão da própria escola e compartilham a mesma direção e orientação pedagógica.

¹⁷. Professores de Educação Infantil: além do curso de Magistério, obrigatório para todos, 131 são licenciados em Pedagogia, 53 têm outras Licenciaturas ou Curso Superior e 23 estão ainda cursando Pedagogia, restando 38 com o curso de Ensino Médio apenas.

Professores de Ensino Fundamental: 104 têm apenas o Magistério, 98 são licenciados em Pedagogia, 19 estão cursando Pedagogia e 50 apresentam outras licenciaturas ou Curso Superior.

¹⁸. O número de ADIs na Rede Municipal já foi de 350, havendo atualmente a necessidade de contratação de, no mínimo, 30 desses profissionais.

¹⁹. O processo de municipalização se deu em virtude da Emenda Constitucional nº 14, da LDBEN nº 9.394/96 e da Lei do Fundef, nº 9.424/96.

unidades escolares e Coordenadores Pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação não estavam habituados a trabalhar tendo em vista a introdução da nova modalidade de ensino.

A Formação Continuada na Rede Municipal tem acontecido nas unidades escolares durante o HTPC, sob responsabilidade do Coordenador/Orientador Pedagógico. Além disso, a Secretaria Municipal de Educação, por meio dos Coordenadores Pedagógicos, tem intensificado a oferta de cursos aos Professores, Diretores e Orientadores Pedagógicos das unidades escolares, realizados sempre com duração mínima de 30 horas e com certificação. Os Coordenadores/Orientadores Pedagógicos e Diretores de Escola, além de cursos, participam de reuniões semanais na SEDUC para estudo, trocas de experiências e planejamento.

Apesar de todas estas atividades relacionadas à formação continuada em serviço, dentre os vários problemas que se evidenciam, destacamos os seguintes: a) repetência no final do ciclo (4ª série); b) os dados do Projeto de Acompanhamento do Processo de Ensino-Aprendizagem²⁰ indicam que ao concluírem o ciclo, 96% dos alunos do Ensino Fundamental regular, embora alfabetizados, isto é, tenham construído a base alfabética, no que diz respeito ao domínio das habilidades de leitura e escrita, produção e interpretação de textos, apenas 54% deles obtêm sucesso; c) a construção do Projeto Político-Pedagógico, para boa parte das escolas, ainda é um documento redigido apenas para cumprir uma exigência da SEDUC e, em geral, sua elaboração não conta com a participação e discussão do coletivo da unidade escolar.

A inserção do Coordenador/Orientador Pedagógico no cotidiano da escola

O ingresso dos professores da rede a esta função se dá através de uma eleição. Após a entrega e apresentação das propostas de trabalho de todos os candidatos interessados, os funcionários das escolas votam naquele em que acreditam ter uma proposta mais próxima das necessidades locais.

Para se candidatar a essa função é necessário ser formado em Pedagogia, licenciatura plena, ter no mínimo três anos de experiência como docente e apresentar a proposta de trabalho na escola onde deseja se candidatar, dentro dos prazos previstos para isso.

Depois da eleição, o professor que reúne o maior número de votos está eleito Orientador Pedagógico da unidade escolar, com mandato de três anos, sendo que pode concorrer a uma reeleição consecutiva e outras vezes de forma intercalada. Segundo o Estatuto do Magistério, Lei N° 79/99 (PRESIDENTE PRUDENTE, 1999) este profissional deveria ser nomeado pelo Prefeito Municipal, o que não tem ocorrido até o momento.

²⁰. O Projeto de Acompanhamento do Processo de Ensino-Aprendizagem é realizado através de sondagens do desenvolvimento da escrita dos alunos pelos professores, bimestralmente entregues à SEDUC. A partir de 2004, este Projeto também oferece orientações por meio de cursos e reuniões.

Para desenvolver suas atribuições, a Secretaria Municipal de Educação editou no ano de 2002, um documento intitulado “Diretrizes Pedagógicas” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2000) que oferece a esses profissionais alguns subsídios de como organizar o seu trabalho.

Este documento destaca algumas ações que este profissional deve desenvolver a fim de que realize o que lhe é atribuído, momentos tais como: HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo) e como ela pode ser conduzida, visitas de supervisão nas salas de aula e grupamentos e algumas sugestões do que pode ser feito e observado, atendimento individual aos profissionais com o objetivo de sanar dificuldades individuais e sugestões de formas de registro do trabalho que é desenvolvido pelo Orientador Pedagógico e também uma sugestão de como este profissional pode estruturar o seu Plano de trabalho.

Apesar dessa estrutura, enfrentamos algumas dificuldades em relação aos resultados do trabalho de formação continuada oferecido aos Professores nas unidades escolares, parece faltar algo que realmente favoreça mudanças nas práticas pedagógicas cotidianas.

De acordo com relatos dos Orientadores Pedagógicos e nossas observações, percebemos que não há uma identidade profissional consistente que una esses profissionais e os fortaleça enquanto categoria. Segundo algumas falas o fato deles serem professores que estão de “passagem” na função, faz com que os colegas não reconheçam sua importância e seu papel.

Para agravar o quadro, o fato de os mesmos não serem nomeados, como é previsto em lei municipal, causa prejuízo ainda maior e esse argumento é muitas vezes utilizado para justificar algumas lacunas no processo de formação contínua oferecido nas escolas municipais.

Outro problema destacado por eles é a falta de tempo para cumprir o seu cronograma de trabalho, diante de tantos afazeres, dizem se sentir “bombeiros” em alguns momentos, tendo que apagar pequenos incêndios durante o período de aulas, deixando de realizar atividades que são inerentes ao seu trabalho na escola, tais como a supervisão de salas e grupamentos e os momentos para estudo, reflexão e organização do seu trabalho de formação.

Quando falamos dos orientadores pedagógicos das escolas que atendem as crianças de 0 a 3 anos, a situação é ainda mais complicada, pois, os profissionais que trabalham com essa faixa etária, as ADIs, tem uma carga horária diária de oito horas onde não são previstos momentos específicos para a HTPC.

Como vemos o contexto em que está inserido esse profissional é cheio de contradições e desafios e é por este motivo que a Secretaria Municipal de Educação tem se preocupado com a formação deste profissional que é formador de educadores.

Aspectos extrínsecos da função de Coordenador/Orientador Pedagógico

Portanto, a abordagem pretendida nesse texto, traz no seu bojo dois aspectos fundamentais que denominamos de aspectos extrínsecos e aspectos intrínsecos da função de Coordenador/Orientador Pedagógico.

Os aspectos extrínsecos são aqueles relacionados às disposições legais e burocráticas da função que interferem decisivamente no desempenho profissional do Coordenador/Orientador Pedagógico. Os aspectos intrínsecos são aqueles relativos ao trabalho do profissional no ambiente escolar, seus saberes, representações sobre suas funções, etc.

Como já mencionamos na introdução desse texto, o papel do Coordenador/Orientador Pedagógico, associa-se inicialmente, ao papel do Supervisor Escolar, ou seja, a um papel de controle. Segundo Silva Junior (1986, p. 21),

O supervisor escolar é o especialista em torno do qual se concentra o foco principal da polêmica sobre a especialização em educação. Embora as propostas e os modelos existentes relutem quase sempre em admitir, a supervisão da educação caracteriza-se basicamente como uma tentativa de exercer alguma espécie de controle sobre as diferentes instâncias e circunstâncias em que o processo educacional se desenvolve. Ligando-se à questão do controle, a supervisão da educação liga-se, conseqüentemente, ao centro nervoso da sociedade capitalista. A se acreditar, como muitos analistas acreditam, que a educação se encarrega precipuamente da reprodução dessa sociedade, a supervisão, que se propõe a controlá-la, constituir-se-ia na suprema vilã, artífice principal dos males sociais que nos afligem.

Essa relação com a supervisão, coloca a coordenação pedagógica sob suspeita, o que de alguma forma dificulta o trabalho no interior da escola.

Além disso, não podemos perder de vista que nos últimos anos muito se tem escrito sobre a melhoria da formação de professores propondo programas voltados para a formação continuada dos professores de Educação Básica em exercício através do trabalho no interior da escola organizado pelo Coordenador/Orientador Pedagógico²¹.

Aspectos intrínsecos da função de Coordenador/Orientador Pedagógico

Cabe ao Coordenador/Orientador Pedagógico participar da gestão do processo pedagógico da escola, atuar na formação contínua dos professores e na articulação entre os interesses dos diversos atores que compõem o cenário escolar. O Coordenador/Orientador Pedagógico pode ser considerado então como um especialista em refletir sobre o trabalho em sala de aula em especial e sobre o trabalho na escola em geral. Sua função pode ser analisada de diversos ângulos, que não estão necessariamente expressos claramente nas disposições legais. Considerando os aspectos administrativos, o Coordenador/Orientador Pedagógico exerce o papel de elo de ligação entre os gestores, a equipe de professores, alunos e pais.

²¹. ALMEIDA, L. R. e PLACCO, V.N.S. **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. São Paulo: Loyola, 1998. BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R. E CHRISTOV, L. H. S. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loyola, 2000.

Orsolon (2000, p. 17), ao propor o desafio de responder quais seriam as ações do coordenador pedagógico capazes de desencadear um processo de mudança, indica que

O coordenador é apenas um dos atores que compõem o coletivo da escola. Para coordenar, direcionando suas ações para a transformação, precisa estar consciente de que seu trabalho não se dá isoladamente, mas nesse coletivo, mediante a articulação dos diferentes atores escolares, no sentido da construção de um projeto político-pedagógico transformador.

Do ponto de vista pedagógico, o coordenador/orientador é o sujeito que consegue visualizar melhor os processos de ensino-aprendizagem, as dificuldades dos alunos e dos professores, pois parece ser o único a ter uma visão global do trabalho pedagógico por não estar circunscrito a uma sala de aula. Nesse caso pode ser o articulador entre os professores e as diversas experiências que constroem o trabalho da escola. Além disso,

O trabalho do professor-coordenador é fundamentalmente um trabalho de formação continuada em serviço. Ao subsidiar e organizar a reflexão dos professores sobre as razões que justificam suas opções pedagógicas e sobre as dificuldades que encontram para desenvolver seu trabalho, o professor-coordenador está favorecendo a tomada de consciência dos professores sobre suas ações e o conhecimento sobre o contexto escolar em que atuam. (GARRIDO, 2000, p. 9)

Considerando as relações sociais que se desenrolam na escola, o coordenador/orientador atua ainda como mediador das diversas tensões entre os atores da escola e como espectador privilegiado, consegue diagnosticar e administrar os conflitos que permeiam o cotidiano escolar.

Almeida (2001, p. 79), nos chama a atenção para esse aspecto:

Tenho hoje a firme convicção de que uma boa relação interpessoal é nutritiva porque ajuda a nos constituir como pessoa, e que faz parte da competência da escola (diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, professores) saber lidar com as questões interpessoais.

Tenho também clareza que uma política de relações interpessoais confortáveis na escola ajuda alunos e profissionais a permanecer nela, mas há necessidade de políticas sociais mais amplas que sustentem essa permanência.

No caso específico do coordenador pedagógico, o trato satisfatório com os relacionamentos interpessoais é condição *sine qua non* para o desempenho de suas atividades, dado que sua função primeira é a de articular o grupo de professores para elaborar o projeto político-pedagógico da escola.

Como se vê, ainda que haja indefinições quanto ao papel do coordenador/orientador pedagógico, é inegável a sua importância para o bom funcionamento da escola.

Formação continuada de formadores de professores

Os apontamentos da dissertação de Deák (2004) e os dados da avaliação do trabalho realizado com os Coordenadores/Orientadores Pedagógicos em 2003, coordenado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação foram as bases para a organização dos Encontros de Formação com esses profissionais em 2005.

Além dos dados apontados acima, nossa preocupação em relação às propostas de formação contínua da Secretaria Municipal de Educação para os formadores de professores (os orientadores) aumentaram a partir da reflexão sobre as características dos Programas de Formação Contínua desenvolvidas no Brasil, ou seja, a falta de continuidade desses projetos; falta de contextualização de outras dimensões do exercício profissional como condições de trabalho, carreira, salário, etc; pouco envolvimento dos demais profissionais da escola nos processos de formação contínua; falta de avaliação diagnóstica para detectar as reais necessidades dos professores; ênfase na correção de erros e debilidades do trabalho docente sem destaque para os aspectos positivos desse trabalho; falta de instrumentos eficazes de avaliação das ações desenvolvidas; ações organizadas para atender individualmente o professor, sem envolver a equipe da escola; ações realizadas fora do local de trabalho; ações assistemática e descontínuas, não se caracterizando como formação permanente; utilização de dispositivos de incentivo externos como pontuação, progressão funcional, etc, que embora sejam elementos importantes não podem ocupar papel de destaque em relação ao compromisso pessoal e institucional do professor com seu desenvolvimento profissional²².

Esses pontos nos causaram preocupação e aliados aos dados apontados no trabalho de mestrado já citado (DEAK, 2004), no que diz respeito à forma como este trabalho vinha sendo conduzido até então, e a avaliação do trabalho que aconteceu em 2003 que ressaltavam que os objetivos referentes ao direcionamento de ações para o ano seguinte e a necessidade de subsidiar o trabalho dos orientadores só tinham sido atendidos em parte, revelaram lacunas no processo de formação desses profissionais.

2. OBJETIVO

Pensando nestas constatações foi proposto discutir com os Orientadores o que a literatura atual e a legislação vigente explicitavam sobre o papel e importância desses profissionais no interior da escola, lócus privilegiado de formação contínua. Foi proposto também para o ano de 2005 refletir sobre a identidade do Orientador Pedagógico e sua atuação na formação continuada oferecida nas escolas municipais.

2. MÉTODO

²². Referenciais para a Formação de Professores (2002).

O primeiro semestre teve essencialmente o objetivo de refletir sobre o papel do Coordenador/Orientador Pedagógico na escola fortalecendo a identidade desse profissional através da leitura de textos sobre o Coordenador Pedagógico, dinâmicas de grupo, exibição de filmes e outras atividades.

No segundo semestre refletimos coletivamente e em pequenos grupos, levando em conta as modalidades atendidas, sobre as treze Indicações do Ministério da Educação sobre a formação continuada, presentes no documento: Referenciais para a Formação de Professores (Parte IV, p. 131 a 133: Brasil, 2002), que foram divididas em duas categorias segundo as suas características: construção teórica do Planejamento Pedagógico (Indicações 3, 4, 5, 10, 12, 13) e Estratégias de ações para um programa de Formação continuada na Escola (Indicações 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11).

Levantamos também o perfil dos Coordenadores/Orientadores Pedagógicos e construímos juntos um instrumento diagnóstico para ser aplicado junto aos educadores (professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil) da rede municipal de ensino de Presidente Prudente em relação às características (tempo de serviço, formação, idade), ao histórico e as ações anteriores de formação e levantamento de demandas para que pudéssemos montar o projeto de formação continuada para os Orientadores Pedagógicos, e as Orientadoras Pedagógicas, os projetos das respectivas unidades escolares

Desde o primeiro semestre de 2005, contamos com a participação de um professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP que tem nos assessorado e contribuído para a construção desse trabalho, fortalecendo os laços entre a Universidade e a escola pública.

4. RESULTADOS

Perfil das Orientadoras Pedagógicas

Como uma das estratégias para a realização do trabalho, foi importante traçar o perfil do grupo de Orientadoras Pedagógicas no sentido do conhecimento do grupo e conseqüentemente na construção da política de formação continuada para os Orientadores Pedagógicos na Rede Municipal de Presidente Prudente. Dessa forma, encaminhamos também a construção de um perfil dos profissionais das unidades escolares, a ser realizado pelas Orientadoras Pedagógicas nas suas respectivas U.E.s para que estes reconheçam também a importância desta referência para a construção de um projeto de formação continuada.

Atualmente, a Rede Municipal possui 46 Orientadoras Pedagógicas, o que significa no mínimo 1 Orientadora Pedagógica por Unidade Escolar. Neste perfil trazemos os dados de 44 Orientadoras Pedagógicas que responderam o instrumento elaborado pela Coordenação Pedagógica.

Na tabela referente à faixa etária das Orientadoras Pedagógicas (Tabela 1), pode-se perceber que a maior concentração está na faixa etária dos 36-40 anos com 13 Orientadoras Pedagógicas (29%), seguida da faixa de 31-35 anos com 10 Orientadoras Pedagógicas (23%), predominando a faixa entre 31 e 40 anos (23 Orientadoras Pedagógicas - 52%), o que significa que o grupo possui já uma grande experiência profissional e pessoal. É significativo ainda observar a concentração de Orientadoras Pedagógicas na faixa etária de 41 - 45 anos, representado por 6 pessoas (14%) e 3(7%) na faixa de 46-50 anos, considerando que entre 41 a 50 anos temos 09 Orientadoras Pedagógicas (21%), reforçando mais o fato de que já são profissionais experientes no magistério.

Tabela 1. Faixa Etária das orientadoras pedagógicas.

Faixa etária (anos)	Frequência	%
20 – 25	01	2
26 – 30	04	9
31 – 35	10	23
36 – 40	13	29
41 – 45	06	14
46 – 50	03	7
51 – 55	05	11
Não respondeu	02	5
Total	44	100

Fonte: Pesquisa de campo – 2005

Na Tabela 2, que diz respeito à experiência profissional, temos a experiência como docente concentrada entre 6-10 anos representado por 14 Orientadoras Pedagógicas (32%), seguida da experiência de 11-15 anos com 13 Orientadoras Pedagógicas (29%), sendo que 27(61%) das Orientadoras Pedagógicas se concentram no tempo de experiência como docente entre 6 a 15 anos. Significativo ainda no tempo de experiência como docente a concentração de Orientadoras Pedagógicas com 16-20 anos de experiência, representado por 10 (23%) Orientadoras Pedagógicas do grupo.

Tabela 2. Experiência Profissional.

Tempo de Serviço dos O. P.s	Como docente	%	Na Rede Municipal de P. Prudente	%	Como Orientador Pedagógico	%
0 -5 anos	04	9	03	7	22	50
6 -10 anos	14	32	13	29	20	45
11 – 15 anos	13	29	15	34	01	2
16 – 20 anos	10	23	12	27	-	-
21- 25 anos	-	-	01	2	-	-
26 – 30 anos	01	2	-	-	-	-
31- 35 anos	01	2	-	-	-	-
Não respondeu	01	2	-	-	01	2
Total	44	100	44	100	44	100

Fonte: Pesquisa de campo – 2005

No que diz respeito à experiência profissional na Rede Municipal, encontramos o maior tempo concentrado entre 11-15 anos, com 15 Orientadoras Pedagógicas (34%), em segundo, entre 6-10 anos, 13 Orientadoras Pedagógicas (29%), e em terceiro, 12 Orientadoras Pedagógicas (27%) entre 16-20 anos. A partir desses dados, podemos observar que 27

Orientadoras Pedagógicas (61%) possuem tempo de experiência na Rede Municipal entre 11 e 20 anos. Com relação a esse aspecto vale destacar que a maioria das Orientadoras Pedagógicas tem experiência profissional predominantemente na Rede Pública Municipal.

Com relação ao tempo na Orientação Pedagógica, 22(50%) estão entre 0-5 anos, ou seja, não completaram ainda 2 mandatos na Orientação Pedagógica, pois possuem menos de 6 anos de experiência. Temos, em contrapartida, 20(45%) Orientadoras Pedagógicas com experiência entre 6-10 anos, o que significa que estão entre o segundo e o terceiro mandato, representando também uma experiência bastante significativa na Orientação Pedagógica.

Quanto à formação inicial, é exigência para o exercício da função que as Orientadoras Pedagógicas tenham a formação em Pedagogia e no mínimo 3 anos de experiência no magistério público. Em relação a Instituição em que cursaram essa formação, temos 31 (70%) das Orientadoras Pedagógicas formadas em Instituições privadas e apenas 13 (30%) em Instituições Públicas (Tabela 3).

Tabela 3. Formação Inicial.

Instituição de Ensino	Frequência	%
Privada	31	70
Pública	13	30
	44	100

Fonte: Pesquisa de campo – 2005

Com relação à formação na Pós-Graduação, observamos que há um percentual significativo de Orientadoras Pedagógicas que cursaram Pós-Graduação Lato Sensu (especialização), sendo que 38 (83%) a cursaram em Instituições Privadas, 03 (6%) cursaram em Instituições Públicas e apenas 05 (11%) ainda não tem Pós-Graduação.

Tabela 4. Formação na Pós – Graduação.

Local da Pós-graduação	Frequência	%
Privada	38	83
Pública	03	6
Não tem	05	11
Total	46	100

*2 Orientadoras Pedagógicas tem curso de Pós-Graduação na Instituição Pública e na Privada

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

Quanto aos cursos de Pós-Graduação cursados pelas Orientadoras Pedagógicas, predominam as que cursaram “Avaliação do Processo de ensino-aprendizagem” (25 - 45%); 12 (22%) cursaram “Leitura e Produção de texto”, 07 (13%) cursaram “Psicopedagogia”, 04(7%) “Interdisciplinaridade”, outras 04 (7%) Educação Especial/ Inclusão e 03(6%) Semiótica. É interessante observar que grande parte dos cursos procurados pelas Orientadoras Pedagógicas diz respeito a temas que em geral as Unidades Escolares apresentam como demanda para a formação continuada e que em geral são relativos às dificuldades na alfabetização, na leitura e produção de texto, nos distúrbios e dificuldades de aprendizagem do processo de ensino-aprendizagem e o

enfoque relacionado ao trabalho com os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE's).

Tabela 5. Área de Estudo da Pós-Graduação.

Especialização das O. P.s	Frequência	%
Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	25	45
Leitura e Produção de texto	12	22
Psicopedagogia	07	13
Interdisciplinaridade	04	7
Educação Especial/ Inclusão	04	7
Semiótica	03	6
Total	55	100

*Há Orientadoras Pedagógicas que possuem mais de um curso.

Fonte: Pesquisa de campo – 2005.

Tabela 6. Atividades de Formação dos últimos 2 anos.

Atividades de Formação dos O. P.s	Frequência	%
Realizadas pela Seduc (cursos, congressos, reuniões, projetos)	43	51
Realizadas pelas Universidades (UNESP, UNOESTE, UNIVEL) de caráter periódico (cursos, seminários, semanas, palestras)	31	36
Realizadas pelas Universidades de caráter permanente (Participação em grupos de pesquisa, habilitação, especialização e aluno especial do Mestrado)	11	13
Total	85	100

Fonte: Pesquisa de campo - 2005

Com relação às atividades de formação freqüentado pelas Orientadoras Pedagógicas nos últimos 2 anos, podemos observar que 43(51%) freqüentaram cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Observamos que também 31 (36%) Orientadoras Pedagógicas freqüentaram atividades realizadas pelas Universidades de caráter periódico, representando um número bastante significativo. Um número bem menor aponta participação em Atividades realizadas pelas Universidades de caráter permanente, constando 11 (13%) dos sujeitos participando de grupos de pesquisa, especialização e aulas de Mestrado que poderíamos considerar como atividades de formação que envolvem pesquisas e/ ou práticas mais efetivas de estudo.

Tabela 7. Intenção em continuar na Orientação Pedagógica.

Intenção das O. P.	Frequência	%
1 – Sim	31	71%
2 – Não	07	16%
3 – Não sabe/ talvez	05	11%
4 – Não respondeu	01	2%
Total	44	100%

Fonte: Pesquisa de campo - 2005

Em relação à intenção em continuar na Orientação Pedagógica, percebemos que um grande número de Orientadoras Pedagógicas, 31(71%) tem a intenção de continuar na função. Apenas 07 (16%) afirmam que não continuarão e 05 (11%) afirmam que não sabem/ talvez, algumas justificando que isto depende das decisões da Secretaria Municipal de Educação em relação às Orientadoras Pedagógicas.

6. CONCLUSÃO

Algumas considerações

Como resultados do trabalho poderíamos dizer que os Orientadores Pedagógicos têm demonstrado maior clareza em relação ao seu papel e importância na escola, tem estudado mais; é comum encontrarmos grupos de Orientadores na Biblioteca, lendo ou trocando informações, alguns inclusive planejando suas reuniões conjuntamente, propiciando intercâmbio entre os educadores como aponta uma das indicações dos Referenciais do MEC (Brasil, 2002).

Um desafio a enfrentarmos diz respeito à tendência dos sujeitos a atribuir a outros (em especial a Secretaria Municipal de Educação) a responsabilidade pelas mudanças que podem e devem ocorrer dentro das escolas. Para a grande maioria dos profissionais os problemas para o exercício de sua função são resultantes de políticas públicas inadequadas, o que realmente precisa ser objeto de reflexão, porém, nos parece de suma importância continuar resgatando continuamente as possibilidades de ações deste profissionais apesar das dificuldades objetivas no trabalho.

Ao final de 2005, ocorrerá eleição para a função de Orientador Pedagógico em todas as unidades escolares. Nesse processo, implementamos uma orientação técnico-pedagógica através da qual os candidatos receberão esclarecimentos sobre a função a ser desempenhada no interior das escolas, e orientações sobre a construção do projeto de trabalho e currículo.

Além disso, garantimos que cada Candidato se inscreva em somente uma escola para que tentemos garantir uma busca por conhecimentos sobre a realidade da escola em que irá se candidatar para que as necessidades da mesma e de seus alunos seja contemplada. Tal medida visa também evitar transtornos de ordem administrativa tais como eleição de um mesmo candidato em 2 escolas o que acarretará que uma delas tenha que reiniciar o processo de eleição.

Esse processo de preparação dos futuros orientadores será alimentado pelos dados coletados e pelas discussões ocorridas ao longo do ano de 2005 durante a formação contínua.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. R. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 67-79.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para formação de professores**: Brasília, 2002.

DEÁK, S. C. P. **Os desafios na construção da política de formação continuada dos Orientadores Pedagógicos da Rede Municipal de Educação de Presidente Prudente – SP**. Presidente Prudente, 2004,

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador In: BRUNO, E. B. G.; ALMEIDA, L. R.; CHRISTOV, L. H. S. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 9-16.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 17-26.

PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Estatuto do Magistério**. Presidente Prudente, 1999.

PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Pedagógicas**. Presidente Prudente, 2000.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves. **Supervisão da educação. Do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva**. São Paulo: Loyola. 1986.